

Coordenadoria Geral de Licitações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/SMSUB/COGEL/2022 - EXCLUSIVO ME/EPP

PROCESSO SEI N.º 6012.2022/0005893-3

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou ww.bec.fazenda.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 12/05/2022.

DATA DA REALIZAÇÃO: 26/05/2022

HORÁRIO: 11h00min TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL TOTAL

OFERTA DE COMPRA: 801010801002022OC00018

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras,

conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência.

1. PREÂMBULO

1.1

de Licitações – COGEL, **TORNA PÚBLICO** que, na data e a partir do horário acima assinalados, fará realizar licitação por intermédio do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras - BEC, licitação do tipo **MENOR PREÇO** com critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL TOTAL** para **Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras,** conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I – Termo de Referência, para atendimento das

necessidades da Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, em conformidade com as

A SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB, através da Coordenadoria Geral

disposições deste edital e respectivos anexos.

do Estado de São Paulo - CAUFESP.

1.2. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no **Cadastro Unificado de Fornecedores**

Página 1 de 46



Coordenadoria Geral de Licitações

1.3. A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Comissão de Pregão, designados pela Portaria 031/SMSUB/2021 e indicados no sistema pela autoridade competente.

1.4. SÃO ANEXOS DESTE EDITAL:

| ANEXO I | Termo de Referência | | | | |
|--|---|--|--|--|--|
| ANEXO II | Modelo de Proposta de Preços | | | | |
| ANEXO III – A | Modelo de declaração atestando sob as penas da Lei que a empresa | | | | |
| | não se encontra inscrita no CADIN – cadastro Informativo Municipal. | | | | |
| ANEXO III – B Modelo de declaração sobre tributos municipais | | | | | |
| | Modelo de declaração conjunta: | | | | |
| | | | | | |
| | a) DECLARAÇÃO – ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO | | | | |
| ANEXO III - C | FEDERAL. | | | | |
| ANEXO III - C | b) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a | | | | |
| | Administração; | | | | |
| | c) Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; | | | | |
| | d) Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação. | | | | |
| ANEXO IV | MINUTA DE ANEXO DA NOTA DE EMPENHO | | | | |

1.5. Em atendimento ao art. 6º da Portaria 134/SGM de 29 de abril de 2021, que constituiu grupo de trabalho intersecretarial para a elaboração de estudos e proposta de medidas para regulamentação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, o procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições atualmente vigentes, quais sejam: Lei Municipal nº

Coordenadoria Geral de Licitações

13.278/02, Decretos Municipais nº 44.279/03, nº 46.662/05, n° 56.144/15 e n°56.475/2015, Lei

Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, subsidiariamente, pelas

Leis Federais nº 10.520/ 2002 e 8.666/93 e suas alterações e demais normas complementares e

disposições deste instrumento.

2. **DO OBJETO**

2.1. Aquisição de 01 computador DESKTOP para utilização da Secretaria Municipal das

Subprefeituras, conforme especificações e características estabelecidas pelo ANEXO I – TERMO DE

REFERÊNCIA, parte integrante deste Edital.

2.2. Local e horário de entrega: A entrega do objeto deverá ocorrer das 09h às 16h - na Rua

São Bento, 405 – 23 ° andar sala 234, departamento COTI, em rigoroso respeito às especificações

técnicas contidas no ANEXO I, parte integrante deste edital.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar deste certame, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO

PORTE, nos termos do artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 147/2014, interessadas em

contratar com a Administração Municipal da Cidade de São Paulo, que estiverem registradas no

CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentoras de senha

para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na

forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, registrados no a)

CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentores de

senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus

representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido

Cadastro.

Página 3 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

3.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da

licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e, a senha de acesso, deverá ser obtida anteriormente à

abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por

intermédio do Sistema BEC/SP.

3.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos,

para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha

de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou

www.bec.fazenda.sp.gov.br.

3.2. A participação no certame está condicionada, ainda, que o interessado ao acessar,

inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante

assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no

certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos

à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus

representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao

sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão

Eletrônico.

3.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações

inerentes ao certame.

3.6. Poderão participar ainda da presente licitação as empresas que:

3.6.1. Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que estejam

credenciadas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP;

Página 4 de 46

Coordenadoria Geral de Licitações

Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado; 3.6.2.

Não estejam constituídas em forma de consórcio e não sejam controladoras, coligadas 3.6.3.

ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.6.4. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração

Pública;

3.6.5. Não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública,

nos termos da Orientação Normativa PGM 03/2012 e jurisprudência consolidada do Superior

Tribunal de Justiça;

3.6.6. Não se enquadrem nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

As microempresas e empresas de pequeno porte assim qualificadas nos termos da Lei 3.7.

Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta

licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da referida Lei, devendo para

tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no

campo próprio do sistema sua condição.

3.7.1. Nas licitações na modalidade Pregão Eletrônico serão observadas as regras próprias do

sistema utilizado, do Decreto 43.406/2003 e da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei

Complementar 147/2014.

Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo 3.8.

próprio do sistema eletrônico, que inexiste qualquer fato superveniente que impede a sua

participação no certame ou de sua contratação e que conhece e aceita os regulamentos do Sistema

BEC/SP.

Página 5 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

3.9. Ao encaminhar sua proposta, a licitante declara que cumpre integralmente os requisitos

de habilitação previstos neste Edital e seus anexos.

3.10. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece,

atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições

contidas na legislação indicada na cláusula 1 deste Edital, que disciplinam a presente licitação e

integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

3.11. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece e se

submete à todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na

legislação indicada no item 1.

3.12. ACESSO À INFORMAÇÃO

3.12.1. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através da internet pelo site

<u>www.bec.sp.gov.br</u> ou <u>www.bec.fazenda.sp.gov.br</u> e <u>http://e-</u>

negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

3.12.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta

licitação, **EXCLUSIVAMENTE** em campo próprio do sistema, encontrado na opção "Edital", até 02

(dois) dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão pública.

3.12.3. Os esclarecimentos e as informações serão prestados pelo Pregoeiro, até a data fixada

para abertura da sessão pública deste Pregão através do sistema BEC.

3.13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.13.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou formular impugnações contra o

ato convocatório, diretamente no site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br no prazo

de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão pública de abertura

da licitação, sob pena de decadência do direito.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

3.13.2. As impugnações, os esclarecimentos e informações serão respondidos no Sistema

pelo(a) Pregoeiro(a) e ou Equipe de Apoio, até a data prevista para a abertura da sessão pública.

3.13.3. Não serão respondidos eventuais pedidos de esclarecimento (inclusive o telefônico)

que não seja da forma determinada pelo item anterior.

3.13.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital, capaz de afetar a

formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

3.13.5. A impugnação, feita tempestivamente pela Licitante, não a impedirá de participar deste

Pregão.

3.13.6. As impugnações bem como as respectivas respostas serão divulgadas pelo(a)

Pregoeiro(a) no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

3.14. CREDENCIAMENTO

3.14.1. As licitantes deverão estar previamente credenciadas junto ao órgão provedor — Cadastro

Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP - BEC/SP.

3.14.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação

e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico – BEC/SP.

3.14.3. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos

para o registro no CAUFESP, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br_ou

www.bec.fazenda.gov.br.

3.14.4. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral ativo no Cadastro Unificado

de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

3.14.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica em responsabilidade legal da

licitante ou de seu representante legalmente constituído e presunção de sua capacidade técnica

para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Página 7 de 46

Coordenadoria Geral de Licitações

3.14.6. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo

qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do

sistema ou à Prefeitura do Município de São Paulo, promotora da licitação, responsabilidade por

eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.14.7. Deverá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou que resulte na inviabilidade do uso da senha,

para imediato bloqueio de acesso.

3.14.8. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº

123/2006 e alterações posteriores, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código

Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas

previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a

inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privada do Licitante e

subsequente inserção do valor da proposta de preços, a partir da disponibilização do sistema até o

horário de abertura do certame, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico

disponível no endereço <u>www.bec.sp.gov.br</u> ou <u>www.bec.fazenda.sp.gov.br</u> na Oferta de Compra

supracitada, desde a divulgação na íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e

horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para

formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação

constantes do Edital.

4.2. A licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema

eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

Página 8 de 46

Coordenadoria Geral de Licitações

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão

pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou quando

chamado à manifestação via "chat".

4.4. Serão desclassificadas as propostas que se demonstrarem em desconformidade com o

critério de julgamento proposto, após confirmação da licitante.

4.5 A proposta de preços vencedora, com os preços unitários, atualizados em conformidade com

os lances eventualmente ofertados, deverá ser entregue para a Coordenadoria Geral de Licitações,

juntamente com a documentação referente a habilitação deste Edital, no prazo máximo de 2 (dois)

dias úteis, após o encerramento da sessão.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços deverá apresentar os preços unitários e o global total, expressos em reais,

em algarismos, com quatro casas decimais e por extenso, para a prestação de serviços objeto deste

certame, segundo modelo de proposta constante do ANEXO II - Proposta de Preços deste Edital,

impressa em papel timbrado da licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos

ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal

da licitante, conforme estabelecido nos anexos correspondentes.

5.1.1. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer

outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2. Cada interessado poderá apresentar apenas uma só proposta, elaborada conforme modelos

constantes do ANEXO II – Proposta, deste edital.

5.3. A apresentação da proposta conforme o ANEXO II – Proposta, implica aceitação tácita de

todas as cláusulas e termos deste edital.

5.4. A proposta de preços deverá, ainda:

Página 9 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

5.4.1. Ter prazo de validade devidamente declarado de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a

contar da data de sua apresentação.

5.4.1.1. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será

considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.4.2. Na proposta deverá constar, expressamente, que nos valores ofertados estão inclusos os

preços praticados no mercado e que incluem todos os impostos, taxas, fretes, descontos,

bonificações, inclusive custo do orçamento e excluídos quaisquer encargos financeiros agregados

ao seu valor econômico.

5.4.3. As licitantes deverão apresentar proposta com data-base correspondente ao mês da

sessão de abertura da licitação.

5.4.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou

incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados

pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos a SMSUB, sem

ônus adicionais.

5.5 DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.5.1. A partir do dia e horário supracitado, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com

a divulgação dos valores de preços recebidos, que deverão estar em perfeita consonância com as

especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

5.5.2. O Pregoeiro verificará o atendimento às condições estabelecidas neste edital e seus anexos,

sendo desclassificadas as propostas que:

a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências deste edital;

b) Sejam manifestamente inexequíveis;

c) Que apresentem incongruências nas composições de preço, ou valores simbólicos, irrisórios ou

de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos

respectivos encargos, exceto quanto de se referirem a materiais e instalações de propriedade da

própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

Página **10** de **46**

CIDADE DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

d) Da licitante não considerada nos termos da Lei, microempresa ou empresa de pequeno porte,

que preencha as condições estabelecidas no c/c art.1º do Decreto Municipal nº 56.475/2015, bem

como a ausência de tal enquadramento no sistema BEC.

e) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam sua identificação;

5.5.3. A desclassificação da proposta importa preclusão do seu direito de participar da fase de

lances.

5.5.4. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.5.5. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com

observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.5.6. O sistema ordenará automaticamente, as propostas analisadas e classificadas pelo

Pregoeiro, que estiverem em perfeita consonância com as especificações e condições de

fornecimento detalhadas neste instrumento convocatório, iniciando-se a etapa de lances,

conforme previsto neste edital e de acordo com o Decreto nº 43.406/2003, sendo que somente

estas participarão da fase de lances.

6. ETAPA DE LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio

do sistema eletrônico.

6.2. Participarão da fase de lances todas as licitantes detentoras de propostas classificadas, por

meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e

respectivos horários de registro e valor.

6.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para a

sua aceitação.

6.3.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores

distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado

pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item

Página **11** de **46**

Coordenadoria Geral de Licitações

6.3.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance

recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

6.3.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) e incidirá sobre o

valor global total.

6.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real sobre

os valores dos lances registrados, vedada a identificação dos detentores dos lances.

6.5. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO, o

sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O

Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos

realizados.

6.5.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será

suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.6. As desistências em apresentar lance implicarão na manutenção do último preço

apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.7. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

6.7.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando a

continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do

período de que trata o subitem anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

6.7.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, a

duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto

contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema

eletrônico, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, contraproposta

para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir, motivadamente, sobre sua aceitação.

6.9. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa

de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação

do lance de menor valor.

Página **12** de **46**

Coordenadoria Geral de Licitações

6.10. Encerrados os lances, na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará, item a item,

a Licitante detentora da proposta melhor classificada, para que este envie os documentos

relacionados abaixo, devendo a Licitante obedecer ao prazo estipulado pelo Pregoeiro.

6.10.1. De imediato, sob pena de não aceitação, encaminhar Cópia da Proposta de Preços, com

preço atualizado, de conformidade com os lances eventualmente ofertados e com negociação

realizada, acompanhada das planilhas especificadas, com prazo de validade não inferior a 60

(sessenta) dias.

6.11. As propostas enviadas serão analisadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a

sua conformidade com o solicitado neste Edital.

A indicação do(s) lance(s) vencedor(es), a classificação dos lances apresentados e demais 6.12.

informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico,

sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do MENOR VALOR

GLOBAL TOTAL correspondente a AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR TIPO DESKTOP para a Secretaria

Municipal das Subprefeituras, observados os requisitos e as especificações técnicas do edital e seus

anexos.

7.1.1. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender as

exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua

aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente

até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

7.1.2. Na situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que

seja obtido um preço melhor.

Página **13** de **46**

Coordenadoria Geral de Licitações

7.2. Não serão aceitas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e de seus anexos,

as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e

as que apresentarem preços considerados inexequíveis.

7.2.1. Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro

determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de

documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto

licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

7.3. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula

supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas

subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as

exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço

melhor.

7.4. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da

habilitação.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste edital, proceder-se-á

à análise dos documentos de habilitação das licitantes cujos preços forem aceitos.

8.1.1 A habilitação da licitante vencedora, de acordo com a documentação especificada na cláusula

de Habilitação - 8.2 deste Edital, que será verificada por meio do CAUFESP, dos sítios próprios

disponibilizados pela Internet e da análise de documentação complementar por ela encaminhada.

8.1.2 Sob pena de inabilitação, a licitante, cuja oferta foi aceita, deverá encaminhar, no prazo

determinado no chat, por meio do sistema BEC, a documentação exigida no subitem Habilitação -

8.2 deste Edital, com exceção daqueles constantes do cadastro da licitante no CAUFESP, desde que

válidos e/ou alcançados nos sites da Internet.

8.1.3 O prazo estipulado em chat concedido a licitante vencedora, após a notificação pelo Sistema

poderá, a critério do Pregoeiro, ser prorrogado.

8.1.4 A documentação relativa a Habilitação Jurídica sempre deverá ser encaminhada pela

licitante, para identificar os sócios/representantes que subscrevem a proposta e demais

Página **14** de **46**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

documentos por ela emitidos.

8.1.5 Caso os documentos não sejam subscritos por seus sócios ou diretores, assim indicados nos

respectivos atos constitutivos, a licitante deverá apresentar, também, os instrumentos de mandato

outorgando poderes aos subscritores.

8.1.6 Caso os dados e informações constantes do CAUFESP não atendam aos requisitos exigidos no

subitem 8.2 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio

eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade

devidamente certificada e justificada.

8.1.7 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 8.2 deste

Edital, por meio eletrônico, aqueles assim disponibilizados, devendo a licitante encaminhar pelo

sistema BEC os demais documentos não emitidos via Internet.

8.1.8 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro

solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos, observado o

prazo estipulado nesta cláusula.

8.1.9 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios

eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para

a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a

indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a

licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo

estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

8.1.10 Posteriormente poderão, a critério do pregoeiro em sessão pública, ser encaminhados, no

original, a proposta de preços e, nos originais ou cópias, ou mediante publicação de órgão de

Imprensa Oficial os documentos a que se referem o item 8.2, salvo os que foram emitidos pela

Internet pelo próprio Pregoeiro ou que possam ser por ele conferidos também pela Internet, dentro

do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da habilitação, para o endereço indicado no

preâmbulo com a identificação de sua razão social e número do Pregão Eletrônico, endereçado a

Rua Líbero Badaró, 504, 23º andar.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

8.1.11 Por meio de aviso lançado no sistema, via "chat", o Pregoeiro informará às demais licitantes

a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

8.1.12 Na fase de habilitação será requerido pelo pregoeiro a comprovação da situação da

regularidade das licitantes mediante o envio imediato pelo sistema disponível na BEC ou em caso

de falha na conexão da plataforma, para o e-mail: cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br, sob

pena de inabilitação, de cópia da documentação que atenda as exigências do item 8 e subitens

deste edital.

8.2. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos

à:

8.2.1 Habilitação jurídica:

8.2.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa

Individual de Responsabilidade Limitada;

8.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial,

em se tratando de sociedade empresária, que comprove possuir como objeto a prestação de

serviço compatível com os exigidos na licitação;

8.2.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-

se de sociedades empresárias;

8.2.1.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se

de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.2.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão

competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Página **16** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

8.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo

à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou

sede do licitante, como segue:

8.2.2.4. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União,

inclusive as contribuições sociais;

8.2.2.5. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais, expedida pela

Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa da sede da licitante.

8.2.2.6. No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade

para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do

Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº02, ou a que suceder.

8.2.2.7 Certidão de regularidade débitos referentes a tributos mobiliários expedida pela Secretaria

Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante.

8.2.2.8 Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos

Mobiliários inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do

Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

8.2.2.9 Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo deverá

apresentar declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do

não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos

tributos relacionados com o objeto contratual, conforme modelo constante no ANEXO III-B.

8.2.2.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

8.2.2.11 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, demonstrada

mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de

1943, nos termos do artigo 29 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei Federal 12.440/11.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira:

Página **17** de **46**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

8.2.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.2.3.2 No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar a certidão de Objeto e Pé, expedida

pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões) acompanhada do Plano

de Recuperação devidamente aprovado, bem como, da documentação pertinente que

demonstre o seu regular cumprimento.

8.2.3.3 No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos

cíveis em andamento, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior

a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.2.3.4 Prova de patrimônio líquido correspondente a 10%, será com base no VALOR TOTAL GLOBAL

da proposta.

8.2.4. Qualificação técnica:

8.2.4.1. Certidão (ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s)

de direito público ou privado que comprove o fornecimento do objeto pertinente e compatível,

com o da presente licitação, indicando o período da entrega; local (is) da entrega; natureza do

objeto; caracterização do bom desempenho da licitante e outros dados característicos do(s)

objeto(s) ora requisitado(s), dentro do mesmo período de 12 meses.

8.2.4.2. A(s) certidão (ões) ou atestado(s) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado

original ou por cópia, assinado por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida

identificação.

8.2.4.3. No caso de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito privado,

o(s) mesmo(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) de cópia da competente Nota Fiscal ou contrato

devidamente autenticado, salvo se expedido(s) por órgão ou empresa da Administração Pública

Indireta.

8.2.5 Outras Declarações

Página 18 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

8.2.5.1. CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e

não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas

da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso V, do artigo

27 da Lei Federal nº 8.666/93;

8.2.5.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive

condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou

incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito

suspensivo, por ato de improbidade administrativa.

8.2.5.3. Declaração de que não foi apenada com as sanções previstas na Lei Federal 8.666/1993,

artigo 87, incisos III e IV, e/ou na Lei Federal 10.520/2002, artigo 7º, seja isoladamente, seja em

conjunto, aplicada por qualquer esfera da Administração Pública;

8.2.5.4. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo

representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO

III-C do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

8.2.5.6. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer

processo de cópia, devendo preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na

ordem estabelecida neste edital.

8.2.5.7. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

8.2.5.8. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este

prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade

de 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição, desde que o edital não mencione prazo específico

Página **19** de **46**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

para o documento. No caso de procuração, o prazo máximo admitido no edital é de 01 (um) ano,

salvo se na procuração constar expressamente que foi expedida por prazo indeterminado.

8.2.5.9. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu

representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.2.5.10. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo pregoeiro.

8.2.5.11. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e,

preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

8.2.5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria

natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz. Os atestados de

capacidade técnica poderão ser em nome e com CNPJ da matriz e/ou filial da licitante.

8.2.5.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte, anteriormente assim qualificada, por

ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida no edital.

Todavia, no que tange à comprovação de regularidade fiscal, documentos que apresentem alguma

restrição deverão ser entregues, sem que isso impeça a continuidade de sua participação na

licitação.

8.2.5.14. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado documentação

relativa à regularidade fiscal perante à (o) pregoeira (o) com restrição sagrando-se vencedora do

certame, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período,

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo

17 do Decreto Municipal 56.475/15.

Página 20 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

8.2.5.15. Decairá do direito à contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte que não

promover a regularização da documentação fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior, o que

ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do artigo 18 do Decreto Municipal

56.475/15 que regulamentou dispositivos da LC 123/06.

8.2.5.16. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar

acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, efetuada por tradutor juramentado e

também devidamente consularizado ou registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

8.2.5.17. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também

deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de títulos e

Documentos. Todos os documentos apresentados deverão estar devidamente atualizados, de

modo que não haja diferenças/incoerências nas informações constantes dos mesmos.

8.2.5.18. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor

das declarações solicitadas no item 11.6 deste Edital e das comprovações de qualificação

econômico-financeira e de qualificação técnica, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções

penais e administrativas pertinentes.

9. FASE RECURSAL

9.1. Divulgado(s) o(s) vencedor(es), o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem

lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico,

utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema e no tempo

estipulado.

9.1.1. Havendo manifestação de intenção, caberá ao Pregoeiro verificar as condições de

admissibilidade do recurso para decidir se admite ou não a intenção de recurso,

fundamentadamente.

Página **21** de **46**

Coordenadoria Geral de Licitações

9.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as

condições de admissibilidade do recurso.

9.1.1.1.1. São condições de admissibilidade da intenção de recurso:

a) Tempestividade, devendo a intenção de recurso ser inserida no sistema no prazo estipulado

em sessão;

b) Motivação, devendo ser clara e coerente, com a exposição breve das razões que levam à

irregularidade e que será objeto dos memoriais.

b1) Não serão aceitas as intenções de recurso que apresentarem motivações genéricas e sem

apontamento substancial devidamente fundamentado. Tal prática poderá ser considerada

como meio de retardamento do certame.

9.2. Havendo interposição de recurso na forma indicada no subitem "9.1" e sua admissão, os

recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três)

dias após o encerramento da sessão pública, e as demais licitantes que poderão apresentar

contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para

apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2.1. Durante os prazos para apresentação do recurso e contrarrazões, os autos do processo

permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

9.2.2. O acesso ao processo deverá ser solicitado ao(à) pregoeiro(a) através do e-mail:

cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio 9.3.

www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de

Página 22 de 46

Coordenadoria Geral de Licitações

documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na

Coordenadoria Geral de Licitações, observados os prazos estabelecidos no subitem 9.2.

9.4. A falta de interposição na forma prevista no subitem 9.1, importará a decadência do

direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão,

propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

9.5. O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo

e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos procedimentos, o processo será

encaminhado à autoridade competente para homologar a licitação.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1. Se a primeira Licitante classificada não atender às exigências de habilitação, será examinada

a documentação das subsequentes Licitantes classificadas, na ordem de classificação, até o

encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva Licitante

declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

11. **HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à autoridade competente, para

homologação.

11.2. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação não obrigam a Administração à

contratação do objeto licitado.

CONDIÇÕES DO AJUSTE 12.

Página 23 de 46

Coordenadoria Geral de Licitações

12.1. A contratação decorrente desta licitação, será formalizada mediante Nota de Empenho,

cujo anexo será elaborado na conformidade da sua Minuta - ANEXO IV deste Edital.

Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá 12.1.1

apresentar, os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à

contratação, atualizados, caso necessário.

12.1.2. Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser

contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL,

por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a

inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

A formalização do ajuste se dará com o recebimento da nota de empenho pela

adjudicatária do objeto da licitação, que poderá se dar por qualquer meio devidamente

comprovado.

12.2.1. Caso haja convocação para a adjudicatária retirar a nota de empenho, pelo Diário Oficial

da Cidade, a empresa terá **03 (três) dias úteis**, para tanto.

12.2.2. Caso a nota de empenho seja encaminhada por e-mail a empresa adjudicatária terá 02

(dois) dias úteis para acusar seu recebimento da mesma forma

12.2.2.1. Para fins de comprovação do recebimento da nota de empenho enviada por e-mail,

poderá ser utilizada o recurso de "confirmação de leitura".

12.2.3. A não retirada da nota de empenho ou o seu não recebimento no prazo estabelecido

configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste Edital.

12.2.4. O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,

desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela

Administração.

É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e 12.3.

condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da

aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova

Sessão Pública, ou revogar a licitação.

Página **24** de **46**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

12.3.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão

convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da

contratação.

12.3.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos

endereços eletrônicos <u>www.bec.sp.gov.br</u> ou <u>www.bec.fazenda.sp.gov.br</u>, e <u>http://e-</u>

negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

12.3.3. Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de

classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de

habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta

e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada

vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 Não será exigida a prestação de garantia para contratação resultante desta licitação.

14. DO PREÇO, DA DOTAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O preço que vigorará na Nota de Empenho inclui todos os custos diretos e indiretos

necessários à execução, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos,

taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos, constituindo, a qualquer título, a

única e completa remuneração pela adequada e perfeita entrega do objeto, de modo que nenhuma

outra remuneração será devida, a qualquer título, descartada qualquer hipótese de

responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente

relacionada com o objeto.

14.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou

nota fiscal fatura.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

14.2.1. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções, quando necessário, serão

devolvidas e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação

válida.

14.3. Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da

Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data

em que estas forem cumpridas.

14.4. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da

Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da

Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

14.4.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do

principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta

de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de

poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para

tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o

pagamento efetivamente ocorreu.

14.4.1.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado

pela Contratada.

14.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A

conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, publicado no D.O.C. do dia 22 de janeiro de 2010.

14.6. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento

Econômico, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

15 PENALIDADE E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Página **26** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

15.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal no 10.520/02, garantida a defesa prévia no prazo de 05 dias úteis contados da intimação, são aplicáveis as penalidades abaixo estipuladas:

15.1.1. Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada:

 a) pela recusa do adjudicatário em retirar a nota de empenho, se convocado, dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Multa no valor de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da proposta encaminhada:

- a) à licitante que ensejar o retardamento do certame (2%);
- b) à licitante que deixar de entregar documentação prevista no edital (2%);
- c) à licitante que apresentar documentação falsa (2%);
- d) à licitante que não mantiver a proposta/lance (2%);
- e) à licitante que se comportar de modo considerado inidôneo (2%).

15.1.3. As multas são cumulativas e os percentuais serão fixados (podendo ser somados), conforme a gravidade, considerando:

- a) a perturbação à regularidade da sessão (2%);
- b) a perturbação ao processamento da licitação (2%);
- c) a frustração de objetivos da licitação, por responsabilidade da concorrente (2%);
- d) os prejuízos causados à Administração (2%);
- e) a observância aos princípios da Administração e do procedimento licitatório (2%).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

15.1.4. Sem prejuízo das penalidades acima, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de

licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo estipulado nas Leis Federais nº 8.666/93

e no 10.520/02, nas hipóteses previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2.

15.2. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente, no que cabível for, inclusive,

as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

15.3. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a outra, quando cabíveis.

15.4. As sanções só deixarão de ser aplicadas nas hipóteses de comprovação, anexada aos autos,

da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da

unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei

Federal nº 8.666/93, observados os prazos nele fixados, e serão dirigidos à Coordenadoria Geral de

Licitações - COGEL, e protocolados nos dias úteis, das 10h às 16h, na Rua Líbero Badaró, 504 - 23º

andar - Centro - São Paulo - SP.

15.6. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro

meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial não tiver sido

protocolizada.

15.7.O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da

empresa apenada.

16 DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as

condições deste edital, não podendo invocar desconhecimento dos termos do edital ou das

disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

Página 28 de 46

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

16.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da disputa, respeitada

a igualdade de oportunidade entre as Licitantes e desde que não comprometam o interesse público,

a finalidade e a segurança da contratação.

16.3. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção

de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão

posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.4.O presente poderá ser anulado ou revogado nas hipóteses previstas em lei sem que as

licitantes tenham direito a qualquer indenização, observado o disposto no artigo 59 da Lei Federal

nº 8.666/93.

16.5. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução

ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As Licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. A falsidade de gualquer declaração prestada, notadamente objetivando os benefícios da Lei

Complementar Federal 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal,

sem prejuízo do enquadramento em outras figuras, penas e das sanções administrativas previstas

na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará também a inabilitação da

Licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação

16.8. A Licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados

cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em

compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas na licitação.

16.9. O presente Edital, seus anexos, e proposta da licitante vencedora do certame farão parte

integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

Página 29 de 46



Coordenadoria Geral de Licitações

16.10. A licitante ficará obrigada a manter, durante a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.11. A PMSP, no interesse da Administração, poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação, sem que tenham as Licitantes direito a qualquer indenização, conforme art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.12. Havendo impossibilidade por parte da Licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o Pregoeiro autorizará o envio do respectivo documento para o e-mail a ser indicado.

16.13. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.14. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br – COGEL.

16.15. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

16.16. O pregoeiro e a equipe de apoio foram designados nos termos da Portaria nº 031/SMSUB/2021, constante no processo administrativo.

Fica eleita o Foro da Fazenda Pública do Município de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

São Paulo, 11 de maio de 2022.

Sibelle Regina Mattos de Castro

Pregoeira
Portaria 027/SMSUB/2022
SMSUB/COGEL

Página **30** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI N° 6012.2022/0005893-3

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

1 - OBJETO

1.1 O Objeto deste termo de referência é a aquisição do equipamento abaixo discriminado para

utilização da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

01 (um) COMPUTADOR TIPO DESKTOP

2 – ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATO

2.1. O prazo para a entrega dos equipamentos de 20 (vinte) dias corridos após aquisição.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 Faz-se necessária a abertura de novo processo administrativo para a aquisição do material

acima citado para a Secretaria Municipal das Subprefeituras, tendo em vista que este equipamento

será utilizado por um técnico em designer. A máquina deve ser dedicada ao desenvolvimento do

serviço prestado.

4 - ESCOPO DO FORNECIMENTO

4.1 A modalidade deste contrato será de aquisição. Este equipamento será fornecido com a

especificação técnica abaixo descrita.

Página **31** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

| Item | Especificações | Quant. | Unid. |
|------|-------------------------|--------|-------|
| 1 | Computador tipo desktop | 01 | un |

5.1 COMPUTADOR

5.1.1 ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- Processador: 10ª geração de Intel® Core™ i7-10700 (8-core, cache de 16MB, 2.9GHz até 4.8GHz);
- Placa de vídeo NVIDIA® GeForce® RTX™3060 com 12GB de GDDR6;
- Memória RAM: 16GB DDR4 2666MHz NON-ECC (2x16GB);
- Armazenamento 1: SSD M.2 PCle X4 NVMe 512GB Workstation Class;
- Chipset: Z390 (6 SATA, 2 M.2, 4 SLOT RAM, DVI-D, HDMI, 2 PCI-E x16, 2 PCI-E x1, 1 RJ45);
- Fonte de energia: 750W 80 Plus Bronze Modular PFC Ativo Full Range (90 a 240V);
- Sistema operacional: Microsoft Windows 10 Professional COEM;
- Refrigeração: refrigeração líquida dupla;
- Rede: Integrada 10/100/1000;
- Mouse e teclado: mouse e teclado com fio.
- Sistema Operacional: Windows 10 Pro (licença perpétua)



Coordenadoria Geral de Licitações

- Microsoft Office com licença perpétua (mínimo Pacote Office 2016).

5.1.2 - PLACA MÃE

- Saída USB 2.0: 6
- Saída USB 3.0: -
- Saída USB 3.1: 6
- Saída de Som: -
- Conectores RJ45: 1
- Conectores PCI: -
- Conectores PCI-E x1: 4
- Conectores PCI-E x4: -
- Conectores PCI-E x8: -
- Conectores PCI-E x16: 3
- Conectores SATA: 6
- Conectores SATA M.2: 2
- Conectores SATA U.2: -
- Suporta a RAID: 0,1,5,10
- Suporte a SLI: Não
- Suporte a CrossFire: Sim
- Slots DDR4: 4
- Máximo de memória: 64GB
- Wi fi



Coordenadoria Geral de Licitações

5.1.3 Processador:

- Núcleos: 8

- Frequência: 2.9GHz

- Turbo: 4.8GHz

- Cache: 16MB

5.1.4 Placa de Vídeo

- Largura de Interface: 256Bit

- Largura de banda: 448GB/s

- Conector: PCle 3.0

- Nvidia SLI: Sim

- Boost Clock: 1410MHz

- Velocidade da memória: 14Gbps

- Consumo: 175W

- Resolução máximo: 7680x4320

- VR Ready: Sim

- Saídas HDMI: 1

- Saídas Display Port: 3

- Saídas mini DP: -

- Saídas DVI-D: -

- Saídas VGA: -

5.1.5 Monitor



Coordenadoria Geral de Licitações

- Proporção de Tela 16:9
- Brilho (Típico) 250 cd/m²
- Resolução 1,920 x 1,080
- Ângulo de visão (horizontal / vertical) 178°(H)/178°(V)
- Tela Tamanho de Tela 24
- Tipo de painel IPS
- HDMI-CEC HDMI 2 EA Versão HDMI 2.0
- Entrada USB 1
- Áudio Alto-falante
- Cor PRETO
- Suporte Base SIMPLES
- Inclinação Ajustável -4.0° (±2.0°) ~+18.0° (±2.0°)
- Montagem de parede 100 x 100
- Alimentação de Energia AC 100~240V
- Tipo Adaptador externo
- Cabo de força
- Cabo HDMI

6 – SERVIÇOS ADICIONAIS E DE VALOR AGREGADO

- 6.1. A Contratada deverá fornecer o produto de acordo com a solicitação do Departamento competente, em até **20 (vinte) dias úteis** a contar do recebimento da nota de empenho e Ordem de Fornecimento, de acordo com a quantidade solicitada.
- 6.2. A contratada terá 24 horas para substituir ou concertar o equipamento com defeito. No caso de substituição do equipamento defeituoso o mesmo irá para avaliação e correção do defeito no prazo máximo de 15 dias úteis, o equipamento reserva que ira substituir terá que ser do mesmo modelo ou superior ao já utilizado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

7 - DA ENTREGA

7.1. O equipamento deverá ser entregue acondicionado em caixa e embalagem adequada de forma

a não ser danificado durante a operação de transporte, carga e descarga, identificado com

marca/modelo e destino;

7.2. O item objeto deste Termo de Referência, deverá ser entregue acompanhado de

documentação técnica (manuais, catálogos, prospectos técnicos e laudos), incluindo o respectivo

Termo de Garantia e Certificado do Inmetro, quando for o caso, e ainda cabos, adaptadores e

demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento;

7.3. A garantia do produto deverá ser de mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega

do material, contra qualquer defeito de fabricação que o mesmo venha apresentar, incluindo

avarias no transporte até o local de entrega e/ou montagem, mesmo depois de ocorrida sua

aceitação/aprovação;

8 – DA ENTREGA

8.1 Local de entrega: das 09h ás 16h – local: R. São Bento, 405 - Centro Histórico de São Paulo, São

Paulo - SP, 01011-100 - 23° andar sala 234 departamento COTI.

8.2 Todos os impostos, despesas e encargos devidos para a correta execução do objeto estão

inclusos nos preços propostos.

Página **36** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO II MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI N° 6012.2022/0005893-3

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

| Α | empresa | | , estabelecid | a na | , | n°, |
|-----|-------------|----------------------|---------------------|----------|-----------------------|-----------|
| con | nplemento | , | telefone: | , | Fax:, | Bairro: |
| | | , Cidado | e:, | | Estado:, | E- |
| mai | il: | | , propõe o forne | ecimento | conforme descrição no | ANEXO I – |
| Ter | mo de Refer | ência do Edital, pel | os preços indicados | abaixo: | | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTDE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----------------------------|------|----------------------|-------------------|----------------|
| 1 | Computador Tipo Desktop | 01 | Unid. | | |
| | | R\$ | | | |

- O valor TOTAL é de R\$ (informar por extenso).



Coordenadoria Geral de Licitações

- Dados Bancários:

(Obs: O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A,

portando, favor indicar a conta bancária corretamente).*

A proponente declara que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todos os termos e condições

do edital relativos à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei

Federal 10.520/02, e Lei Municipal n.º 13.278/2002, que integrarão o ajuste correspondente.

A proponente declara que nos valores ofertados estão inclusos os preços praticados no mercado e

que incluem todos os impostos, taxas, fretes, descontos, bonificações, inclusive custo do

orçamento.

Todos os impostos, despesas e encargos devidos para a correta execução do objeto estão inclusos

nos preços propostos.

A proponente declara também que fornecerá material de boa qualidade, dentro das especificações

solicitadas, bem como de sua capacidade de fornecimento à PMSP da quantidade mínima estimada.

Validade da proposta: dias corridos (mínimo 60 dias).

Prazo de Entrega: No máximo 10 (dez) dias corridos em parcela única.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante) Nome/R.G/Cargo

Página **38** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INSCRIÇÃO NO CADIN

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI N° 6012.2022/0005893-3

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

À
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

| Pelo presente, a empresa, co | m | sede | na |
|--|------|-------|------|
| , nº, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica s | ob (| o n° | |
| DECLARA sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, o | gue | não e | está |
| inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal. | | | |
| | | | |
| | | | |
| (Local e data). | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| (Nome/assinatura do representante legal) | | | |
| | | | |

Página **39** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO III – B MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/SMSUB/COGEL/2022 **PROCESSO SEI N°** 6012.2022/0005893-3

À

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

| SECRETARIA MUNICIPAL DAS SU | BPREFEITURAS DO MUNICÍPI | IO DE SÃO PAULO |
|----------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| A empresa | , com sede na | , nº, |
| C.N.P.J. nº, | DECLARA , sob as penas da le | ei e por ser a expressão da verdade, |
| que não está cadastrada e não po | ossui débitos junto à Fazenda | do Município de São Paulo. |
| | | |
| | | |
| | | |
| | (Local e data). | |
| | | |
| | | |
| (Nom | ne/assinatura do representan | te legal) |



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO III-C DECLARAÇÃO CONJUNTA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI N° 6012.2022/0005893-3

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

À SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

| Nome completo: | |
|--|------------------------------------|
| RG: | |
| CPF: | |
| DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante | (nome empresarial), |
| interessado em participar do Pregão Eletrônico nº XXX/SMSUB, | /COGEL/2022, Processo SEI n° |
| 6012.2022/0005893-3. | |
| a) Encontra-se em situação regular perante a Secretaria do Trak | palho e que obedece à norma |
| contida no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal (p | proibição de trabalho noturno, |
| perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer tra | abalho a menores de dezesseis |
| anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos); | |
| b) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Admi | nistração; |
| c) Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; | |
| d) Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação. | |



Coordenadoria Geral de Licitações

| Local do esta | ibelecimento, | , de | de 2022. |
|---------------|---------------|------|----------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Representante Legal/Procurador (nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



Coordenadoria Geral de Licitações

ANEXO IV

MINUTA DE ANEXO DA NOTA DE EMPENHO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI N° 6012.2022/0005893-3

OBJETO: Aquisição de computador tipo Desktop para a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

1. GARANTIA: A garantia dos produtos deverá ser no mínimo de 12 (doze) meses a contar da data

de entrega do material, contra qualquer defeito de fabricação que os mesmos venham apresentar,

incluindo avarias no transporte até o local de entrega e/ou montagem, mesmo depois de ocorrida

sua aceitação/aprovação.

2. PRAZO DE ENTREGA: A Contratada deverá fornecer o produto de acordo com a solicitação do

Departamento competente, em até 20 (vinte) dias úteis a contar do recebimento da nota de

empenho e Ordem de Fornecimento, de acordo com a quantidade solicitada.

3.LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA: A entrega do objeto deverá ocorrer das 09h às 16h – na Rua São

Bento, 405 – 23 ° andar sala 234, departamento COTI, em rigoroso respeito às especificações

técnicas contidas no ANEXO I, parte integrante deste edital.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será feito por crédito em conta corrente

especificada pelo credor e mantida no BANCO DO BRASIL S/A, nos termos do disposto no Decreto

Municipal nº 51.197/2010 decorridos 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal – Nota Fiscal/Fatura,

após devidamente atestado pelos fiscais a fiel e regular entrega dos objetos, em conformidade com

a Portaria SF n.º 92/2014.

5. PENALIDADES: Pelo descumprimento do ajuste a empresa sujeitar-se-á às penalidades adiante

especificadas, que serão aplicadas pelo titular da Unidade Orçamentária, com a manifestação

expressa da Unidade Requisitante para aplicação da penalidade e só serão dispensadas na hipótese

de comprovação, pela empresa, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do

Página **43** de **46**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

cumprimento do ajuste ou de manifestação expressa da Unidade Requisitante informando que o

ocorrido derivou de fatos imputáveis à administração.

5.1. Atraso na entrega: multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por dia

de atraso, até o 10º dia, após esse período configura-se inexecução parcial da obrigação.

5.2. INEXECUÇÃO PARCIAL: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada,

cuja inexecução parcial configura-se nos seguintes casos:

a) Atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) dias e não superior a 30 (trinta) dias.

5.3. INEXECUÇÃO TOTAL: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.

5.3.1 A INEXECUÇÃO TOTAL SE CONFIGURA:

a) Pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias.

b) Pela não entrega total do objeto.

5.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo, a critério da

administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PMSP pelo

prazo de 90 (noventa) dias, quando a empresa, injustificadamente, deixar de retirar no prazo

estabelecido a Nota de Empenho.

5.4.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da Nota

de Empenho decorrer da não apresentação da C.N.D., do Certificado de Regularidade do FGTS e/ou

das Certidões Negativas Municipais.

5.5. Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes

do ajuste, não previstas nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.

Página **44** de **46**

CIDADE DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações

5.6. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal №

8.666/93, com suas posteriores alterações.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão às

disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas

pertinentes, aplicáveis ao objeto do contrato.

6.2. O Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/SMSUB/COGEL/2022, seus anexos, a proposta da

CONTRATADA e a Ata da licitação, independentemente de transcrição são partes integrante deste

instrumento, para todos os efeitos legais.

6.3. Nos termos do disposto no artigo 3º, § 1º, do Decreto nº 44.279/03, incluído pelo Decreto

56.633/15, "para a execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se

comprometer a dar a quem que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que

seja, tanto por conta própria ou intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação,

compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefício de qualquer espécie que

constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste

contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e

colaboradores hajam da mesma forma".

6.4. Fica desde logo eleito o foro desta Comarca da Capital - Vara da Fazenda Pública - para dirimir

quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

São Paulo, de de 2022.

(assinatura do responsável da firma Proponente)

Página **45** de **46**



Coordenadoria Geral de Licitações

Nome/Célula de Identidade nº

Cargo